

UNIVERSIDADE BRASILEIRA, ALGUMAS APROXIMAÇÕES

Gislaine Marli da Rosa Kalinowski Orientador: Igor Vinícius Lima Valentim

Universidade Federal Fluminense – gizerosa@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho traz algumas aproximações a cerca do entendimento que se tem sobre a Universidade. Para além da definição legal que diz ser essa a unidade mais complexa da Educação Superior nacional, onde ensino, pesquisa e extensão são indissociáveis, com garantias mínimas de qualificação e condições de trabalho em relação ao corpo docente, existem algumas considerações construídas por pesquisadores da área e mesmo professores universitários que pesquisam outros temas, mas mantém atividade da autocrítica. É em meio a essa produção que busco alguns indícios de delimitações para a definição da instituição. Abrindo um diálogo com autores referência na área, aponta-se elementos que desenham o que se toma por universidade hoje no país. A importância de se assinalar que Educação Superior não é sinônimo no Brasil de ensino universitário e que só uma parcela dos estudantes tem acesso as universidades e ao tipo de formação ofertada por elas. Ainda assim essa instituição tem um papel marcante na sociedade, o que justifica um permanente estado de autocrítica e autoanálise. Nos dias atuais também se faz necessária a constante defesa não só da instituição enquanto modelo de Educação Superior, mas principalmente das instituições públicas, que sigam gratuitas e com condições de ofertar sempre ensino, pesquisa e extensão de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade, Educação Superior, Autonomia Universitária.

INTRODUÇÃO

É importante um permanente processo de autocrítica dentro das Instituições de Ensino Superior (IES) em geral e das universidades em particular. No momento a universidade como modelo de Educação Superior e a universidade pública muito especialmente, vem sendo sistematicamente atacadas. Seja pela ação de diferentes esferas de governo que dificultam ou mesmo inviabilizam a sua existência, seja pela mídia que taxa a universidade pública como ‘ineficiente’. O contexto pede, portanto, um esforço redobrado tanto na defesa da Educação Superior, como também no sentido de não perder a capacidade de olhar para si, para os limites e possibilidades dessa instituição.

O presente trabalho busca através da análise documental apontar indícios de como a universidade é vista no país. Através do diálogo com autores reconhecidos na área busca-se apontar as principais características dessa instituição. Levando em consideração que um dos primeiros atributos é a complexidade, este texto não se pretende definitivo. Contudo, busca elementos que contribua para a compreensão, ainda que parcial, dos sentidos atribuídos para a Universidade.

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

Segundo informações do Censo da Educação Superior de 2014 analisados por Dilvo Ristoff (2016), o país possui um total de 2.368 Instituição de Ensino Superior (IES), 13 % públicas e 87% privadas, sendo 195 classificadas como universidades. As IES públicas respondem por 25% do total de matrículas, enquanto as privadas somam os demais 75%. Um dado bastante interessante é que apesar de representarem apenas 8,2 % do total de instituições de Educação Superior a universidade responde por pouco mais da metade do número de matrículas.

A distribuição das matrículas mostra que as universidades detêm, na verdade, 53,2 % das matrículas, mostrando que são efetivamente instituições bem maiores, mais complexas e com a oferta de um leque significativamente maior de cursos e oportunidades para os estudantes (RISTOFF, 2016, p. 13).

Esse número pode ser lido de duas formas: primeiro, podemos qualificá-lo no sentido que um número reduzido (8,2%) de instituições dá conta de um número desproporcionalmente maior de matrículas (53,2%). Segundo, podemos inverter a fala do autor e dizer que 46,8% dos estudantes estão em instituições menos complexas, com um leque significativamente menor de cursos e com menos oportunidades para os estudantes. Fixando apenas na última parte da sentença, ainda há um enorme contingente de estudantes recebendo uma mesma formação – saindo de uma faculdade isolada, centro universitário ou universidade, o grau outorgado tem o mesmo valor para cursos iguais ou equivalentes – mas com uma educação que pode vir a ser significativamente distinta.

Mantendo unicamente as qualificações de complexidade, variedade de cursos e oportunidades, dadas por Ristoff para a universidade, já percebemos um distanciamento entre a graduação ofertada na mesma e nos outros dois tipos de instituições de Educação Superior. O autor não explica o que considera ‘oportunidades’ para estudantes, contudo pode-se extrair um exemplo comum a um graduando dentro da universidade, que não necessariamente está presente nas demais instituições: a iniciação científica. Ainda que não haja obrigatoriedade de oferta nas universidades, nem que as demais instituições sejam proibidas de oferecê-la, essa é uma típica oportunidade a que Ristoff deve estar se referindo. Além dessa, a estrutura universitária mais complexa, em geral, coloca o estudante em contato com professores de áreas distintas daquela estritamente ligada ao curso escolhido. É preciso ainda reforçar como benefício o fato dos docentes de universidades, em geral, trabalharem também com a pesquisa, o que pode surgir como caminho para uma maior familiaridade com a produção do conhecimento científico.

A obrigatoriedade de possuir um percentual mínimo de um terço de professores com o grau de mestre ou doutor, com um terço em regime de dedicação exclusiva visa garantir não só condições para que se efetive a pesquisa na universidade, como também a qualidade dos cursos por ela ofertados. Logo, o aluno de uma universidade terá maior chance de ter professores melhores qualificados em sua formação do que se estivesse em outra instituição.

Essa não é uma questão secundária. Nas últimas décadas, não só aumentou o número de estudantes na educação superior do país como também a origem étnica e social destes se tornaram mais diversificadas. O estudo de Ristoff traz dados que explicitam essa situação: o país quase dobrou o número de matrículas entre 2003 e 2014, passando de 3.936.933 para 7.828.013 (RISTOFF, 2016). O crescimento e ações promovidas pelo Estado para dar acesso a esse nível de ensino a parcelas da população até então sem perspectivas de ingresso não podem ser subestimadas. Ao contrário, são números que devem ser comemorados. Aumentar a quantidade de pessoas com acesso ao curso superior deve ser sempre encarado como um passo adiante no desenvolvimento nacional. Contudo, é preciso sempre qualificar, avaliar e discutir, pois esse avanço não se estabeleceu sem contradições, é importante assinalar a qual Educação Superior está se dando acesso.

Para esta pesquisa o recorte se volta para a expansão que se deu justamente via instituição mais complexa, a universidade. Contudo, permanece pertinente o diálogo entre esse tipo de IES e as demais. É importante, ainda, a compreensão dos sentidos que são atribuídos a universidade.

O Ministério da Educação (MEC) afirma que a universidade é a IES que mantém a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, garante uma parte mais significativa do quadro docente com a titulação de doutor e em regime de dedicação exclusiva, oferta cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* e possui autonomia (BRASIL, 2017). Essa coleção de atributos, ainda que construam parte dos significados de ‘universidade’ é, no entanto, insuficiente quando o propósito é entender essa instituição.

Marilena Chauí traz mais alguma delimitação:

Ora, a universidade é uma instituição social. Isso significa que ela se realiza e exprime de modo determinado a sociedade que faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada, de uma sociedade determinada (CHAUÍ, 2001, p. 35).

A universidade, então, insere-se em dada sociedade e manifesta-se de acordo com essa, em um tempo específico. Contudo, ela não se apresenta simplesmente como espelho dessa

sociedade. Em um texto posterior Chauí aponta justamente a autonomia intelectual da universidade como força que dota a instituição do atributo de acolher diferentes matizes do pensamento, ligados a distintas concepções de sociedade, que a fraciona internamente, tornando-a um espaço onde a divergência com o modelo social vigente pode se viabilizar (CHAUÍ, 2003).

José Dias Sobrinho (2015) apresenta a ideia de universidade de uma forma bastante abrangente:

A universidade é uma instituição da sociedade cuja missão essencial consiste em dar forma e conteúdo à construção da vida das pessoas e, ao mesmo tempo, contribuir para solucionar os problemas do conjunto da população, no âmbito de sua competência e de acordo com suas possibilidades (DIAS SOBRINHO, 2015, p. 585).

Já Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira (2008) argumenta que a ideia que se tem hoje de universidade é derivada do modelo humboldtiano, que tem como elemento marcante a indissociabilidade entre ensino e pesquisa:

Os princípios essenciais postulados por Humboldt – de forma geral, até hoje defendidos como formulações que dão à universidade seu caráter próprio – são essencialmente: a formação através da pesquisa; a unidade entre o ensino e pesquisa; a interdisciplinaridade; a autonomia e a liberdade da administração da instituição e da ciência que ela produz; a relação integrada, porém autônoma, entre Estado e Universidade; a complementaridade do ensino fundamental e médio com o universitário (PEREIRA, 2008, p. 31).

Contudo, as universidades não são manifestações uniformes da descrição da autora. Ainda que obrigada associar pesquisa, ensino e extensão, tal necessidade não se dá em todos os cursos, não sendo ensino através da pesquisa, a pesquisa como meio didático, uma regra geral. Mais adiante em seu texto Pereira chega a essa conclusão: “O que temos na grande maioria das universidades brasileiras é uma ‘universidade de ensino’ apenas, que, embora possa desempenhar um papel importante para o país, não é legitimamente ‘uma universidade de ensino e pesquisa’” (PEREIRA, 2008, p. 35).

São encontrados discursos pertinentes à Educação Superior conflitantes em relação à defesa do modelo humboldtiano como proposta para a universidade brasileira: Em um texto de 1999, Ristoff utiliza o modelo norte-americano de Educação Superior, com instituições voltadas para o ensino e outras que agregam ensino e pesquisa, graduação e pós-graduação, como um exemplo que poderia ser tomado como saída para a Educação Superior brasileira, principalmente para que se aumentasse o acesso (RISTOFF, 1999). No entanto, posteriormente, como já apontado, o autor ao analisar

o processo de democratização do acesso toma justamente como elemento positivo a maior parte dos estudantes estar em universidades (RISTOFF, 2016).

Uma visão próxima daquela de Ristoff, em 1999, já estava presente na década de 1960, quando Ribeiro (1969) também elogiava um sistema de Educação Superior que era capaz de chegar a um número maior de pessoas enquanto preconizava uma instituição complexa, com proximidades ao modelo humboldtiano, para a universidade latino-americana.

Uma visão completamente distinta tem Demerval Saviani (2010):

Em suma, é preciso reverter essa tendência fazendo com que a primazia passe das instituições privadas para as públicas, da forma isolada para a forma universitária e dos cursos de curta duração para os de longa duração. Essa mudança é importante porque, como se sabe, as universidades públicas são responsáveis por cerca de 90% da ciência produzida no Brasil (SAVIANI, 2010, p. 15).

O autor acima citado claramente prefere um modelo de Educação Superior centrado em universidades, em que acesso à essa etapa signifique a formação em instituições de ensino, pesquisa e extensão.

Valdemar Sguissardi (2009) critica a interpretação legal que tornou indissociável ensino, pesquisa e extensão apenas para as universidades e não para todas as instituições, convergindo com a posição de Saviani (2010).

Ainda que haja divergência sobre a conveniência ou não de um modelo de Educação Superior com diferentes tipos de instituições, nenhum dos autores prescinde da necessidade da existência de instituições mais próximas ao modelo humboldtiano dentro do país. Contudo, o modelo de universidade preconizado é mais complexo que simplesmente a associação entre ensino, pesquisa e extensão. Além dessas características, duas outras questões presentes no cenário brasileiro precisam ser encaradas: a mercantilização da universidade e, associado a ela, o alcance do entendimento de autonomia universitária.

João dos Reis Silva Júnior e Valdemar Sguissardi (2001; 2013) e Sguissardi (2009) tratam com profundidade do processo de mercantilização da Educação Superior: a mudança de entendimento da universidade como bem público para um direito individual e a orientação da sua organização voltada para as 'necessidades do mercado'. A universidade passa cada vez mais a se assemelhar ao modelo de empresa capitalista. Seus investimentos em pesquisa, a criação e extinção de cursos, o tempo de duração dos mesmos, etc. são definidos pela lógica administrativa da empresa privada. Seja mantida pelo poder público ou privado, a universidade passa a responder por demandas alheias a ela, num processo de heteronomia.

Chauí (1999) classifica a universidade como 'operacional', voltada para si mesma, mas direcionada por um processo externo, chamado

(83) 3322.3222

contato@ceduce.com.br

www.ceduce.com.br

por ela de “[...] heteronomia da universidade autônoma [...]” (CHAUÍ, 1999, p. 221). Sguissardi (2009), também aborda a questão da heteronomia, isto é, da universidade sendo dirigida através de interesses alheios a ela.

A mercantilização que conduz à heteronomia atravessa a questão da autonomia universitária. A premência da autonomia universitária se alicerça no modelo humboldtiano. Max Weber (1989), um século após Humboldt, se coloca na mesma direção ao afirmar que o papel da Universidade não seria se colocar nem a favor, tão pouco contra o Estado. Ela precisa ter liberdade para construir o conhecimento independente dos interesses estatais.

A efetivação da autonomia universitária, especificamente no contexto brasileiro, tem sido analisada sobretudo observando suas limitações:

Acompanhando as legislações e as políticas universitárias brasileiras, vemos que a autonomia esteve presente nos textos legais como letra e direito, mas a estruturação da nossa universidade sempre teve uma organização centralizada nas instâncias governamentais, particularmente em relação aos aspectos financeiro, administrativo e curricular (PEREIRA, 2009, p. 35).

A autora não está sozinha nessa percepção: Sguissardi (2009) dedica-se a explicar as formas como as reformas propostas no decorrer da década de 1990 eram entendidas como contraditórias à autonomia universitária. Héliqio Trindade (1999) expunha que era preciso entender a autonomia universitária frente ao contexto internacional, que a ressignificava. Cunha (2006) indicava a autonomia universitária como não concretizada no país: “as universidades, no sentido estrito, clamam até hoje pela autonomia que deveria lhes ser essencial” (CUNHA, 2006, p. 25).

Além de constar na letra da lei, Pereira (2009) afirma que a autonomia estava presente nos projetos de Universidade do Distrito Federal (UDF)¹, Universidade de São Paulo (USP) e Universidade de Brasília (UnB), contudo, sem a ocorrência concreta.

Percebe-se, então, que ‘autonomia’ ainda é uma questão em aberto. Aparece como atributo importante da universidade, sem, no entanto, ser plenamente existente. Além disso, os processos atuais podem direcionar a instituição a um caminho oposto, a heteronomia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A definição dada pelo MEC de Universidade, como instituição agregadora de ensino, pesquisa e extensão, com porcentagens mínimas de professores com doutorado e dedicação

¹ Universidade do Distrito Federal, posteriormente esta universidade foi incorporada a UFRJ. (83) 3322.3222
contato@ceduce.com.br

exclusiva, acaba por ser a maior baliza definidora dessa instituição. Para além disso percebe-se muitos postulados que buscam ajudar a dar uma definição para esta. As palavras dos intelectuais citados no texto somam-se as vivências de todos os sujeitos que a Universidade abriga e é na intersecção do que diz o pesquisador do tema e o que experimenta os demais atores que encontramos a universidade real.

Em tempos de congelamento de investimentos para Educação, de universidades prestigiadas correndo o risco de deixar de existir não se pode deixar de fazer junto com o trabalho acadêmico a defesa dessa instituição, especialmente as públicas. Todo pesquisador da área tem como dever na atualidade se colocar na defesa da Educação, lutando para que as instituições públicas sigam gratuitas, tenham condições de sempre melhorar a qualidade e se torne direito de todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério Da Educação. Portal do MEC. *Qual é a diferença entre faculdades, centros universitários e universidades?* 2017. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=116> Acesso em 03 ago. 2017

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a Universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____. A Universidade em Ruínas. In: Trindade, Héglio (Org.). *A Universidade em Ruínas na República dos Professores*. Petrópolis: Vozes/ Porto Alegre: CIPED, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio. Autonomia universitária: teoria e prática. *En publicación: Universidad e investigación científica*. Vessuri, Hebe. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Noviembre 2006. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/secret/vessuri/Luiz%20A%20Cunha%20.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

DIAS SOBRINHO, José. *A Universidade Fraturada: Reflexões sobre Conhecimento e Responsabilidade Social*. Avaliação, v.20, n.3, p. 581-601, Campinas; Sorocaba, nov. 2015.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. A Universidade da Modernidade nos Tempos Atuais. *Avaliação*. v. 14, n. 1 Campinas; Sorocaba, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n1/a03v14n1.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

RIBEIRO, Darcy. *A Universidade Necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

RISTOFF, Dilvo. *Democratização do Campus: Impacto dos Programas de Inclusão no Perfil da Graduação*. Cadernos do GEA, Rio de Janeiro, n. 9 jan.-jun. 2016.

_____. A Tríplice Crise da Universidade Brasileira. In: Héglio (Org.). *A Universidade em*

Ruínas na República dos Professores. Petrópolis: Vozes/ Porto Alegre: CIPED, 1999.

SAVIANI, Demerval. A Expansão do Ensino Superior no Brasil: Mudanças e Continuidades. *Póiesis Pedagógica*, v.8 n. 2, ago./dez., 2010. Disponível em <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3225146/mod_resource/content/1/SAVIANI%202010.pdf>. Acesso em 10 jan. 2018.

SGUISSARDI, Valdemar. *Universidade Brasileira no Século XXI: Desafios do Presente*. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. *Novas Faces da Educação Superior no Brasil: Reforma do Estado e Mudanças na Produção*. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista: USF-IFAN, 2001.

_____. A Universidade Pública do Século XXI: Educação Superior Orientada para o Mercado e Intensificação do Trabalho Docente. *Espacios em Blanco*, n.23, jun. 2013, p.119-153. Disponível em <<http://www.scielo.org.ar/pdf/eb/v23n1/v23n1a07.pdf>>. Acesso em 16 jan. 2018.

TRINDADE, Hélió. As Universidades Frente as Estratégias de Governo. In:_____. (Org.). *A Universidade em Ruínas na República dos Professores*. Petrópolis: Vozes/ Porto Alegre: CIPED, 1999.

WEBER, Max. *Sobre a Universidade*. São Paulo: Cortez, 1989.